


**SALÁRIOS BAIXOS, SONHOS ALTOS: A CONTRADIÇÃO DE ENSINAR NUM PAÍS
DESIGUAL****LOW WAGES, HIGH DREAMS: THE CONTRADICTION OF TEACHING IN AN UNEQUAL
COUNTRY** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-016>**Francisco Renato Silva Ferreira**

Mestre em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE – SME

E-mail: renatoferreira@altaneira.ce.gov.brLATTES: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>**Kalyne Madeira Furtado**

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: kalynemadeira.prof@gmail.comLATTES: <http://lattes.cnpq.br/7745863558806433>ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3255-4575>**Marli Otilia dos Santos**

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: marlysantos_28@hotmail.comLATTES: <http://lattes.cnpq.br/6214605539721605>ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6125-3677>**Ryan Peixoto Cruz**

Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: ryanpeixotoexu@gmail.comLATTES: <http://lattes.cnpq.br/7195189595660502>ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8155-3536>**Maria Zuli Moraes Farias de Souza**

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: marlysantos_28@hotmail.comLATTES: <http://lattes.cnpq.br/3899657444683732>ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9978-3484>



Cilianne Édila Leandro de Sousa

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: dra.ciliannenefro@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7421301624388108>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6465-5524>

Marta Coelho Bezerra Dantas

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: martha_30jpeg@hotmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

Adriana Romão Moreira de Souza

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: drcapsicologa10@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9634906436581707>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1883-9608>

Juliano Igor dos Santos Silva

Especialista em Metodologias de Aprendizagem para Educação Infantil e Anos Iniciais

Centro Universitário São Camilo

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE – SME

E-mail: julianoigor789@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1198780284629975>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5527-148X>

Allya Mabel Dias Viana

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

E-mail: allyamabel@leaosampaio.edu.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0399853463431642>

RESUMO

O presente artigo analisa a crise de valorização docente no Brasil a partir da contradição expressa no binômio “salários baixos e sonhos altos”, buscando compreender como a precarização do magistério reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, o estudo dialoga com autores da pedagogia crítica e da sociologia da educação, como Paulo Freire (2019), Henry Giroux (2021), Maurice Tardif (2014), Miguel Arroyo (2020), Antônio Nóvoa (2021), Dermeval Saviani (2019) e Claude Dubar (2012), articulando dimensões históricas, políticas e éticas da profissão docente. A pesquisa demonstra que a desvalorização dos professores não se limita à questão salarial, mas alcança o campo simbólico e subjetivo, afetando a identidade e a dignidade do educador. Evidencia-se que o discurso da vocação, utilizado para justificar o descaso estatal, sustenta uma lógica de exploração emocional que desumaniza o ato de ensinar. Os resultados indicam que a resistência



dos professores, mesmo diante da indiferença institucional, reafirma a docência como ato político e expressão de esperança. Conclui-se que a valorização docente constitui não apenas uma demanda trabalhista, mas uma exigência civilizatória, indispensável à consolidação de uma educação pública de qualidade e de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Valorização docente. Educação brasileira. Desigualdade social.

ABSTRACT

The present article analyzes the crisis of teacher appreciation in Brazil through the contradiction expressed in the binomial “low wages and high dreams,” seeking to understand how the precariousness of teaching reflects the structural inequalities of Brazilian society. Grounded in a qualitative and bibliographic approach, the study engages in dialogue with authors of critical pedagogy and the sociology of education, such as Paulo Freire (2019), Henry Giroux (2021), Maurice Tardif (2014), Miguel Arroyo (2020), António Nóvoa (2021), Dermeval Saviani (2019), and Claude Dubar (2012), articulating the historical, political, and ethical dimensions of the teaching profession. The research demonstrates that the devaluation of teachers goes beyond salary issues, reaching the symbolic and subjective spheres, and affecting the educator’s identity and dignity. It is evident that the discourse of vocation, often used to justify governmental neglect, sustains a logic of emotional exploitation that dehumanizes the act of teaching. The findings indicate that teachers’ resistance, even in the face of institutional indifference, reaffirms teaching as a political act and an expression of hope. It is concluded that valuing teachers is not merely a labor demand but a civilizational imperative, essential to the consolidation of quality public education and a truly democratic society.

Keywords: Teacher appreciation. Brazilian education. Social inequality.



1 INTRODUÇÃO

O exercício da docência, no Brasil contemporâneo, configura-se como um dos mais complexos paradoxos sociais: exige excelência formativa, compromisso ético e sensibilidade humana, mas oferece, em contrapartida, condições salariais e simbólicas que desmentem o discurso oficial de valorização da educação. Em um país que historicamente reconhece o valor da escola, mas desconsidera o sujeito que a sustenta, o professor se torna o retrato vivo da resistência — aquele que insiste em educar mesmo quando as estruturas insistem em deseducar. Ensinar, nesse cenário, é um gesto político de coragem e esperança, ainda que realizado sob o peso de uma precarização institucional que o Estado teima em naturalizar.

Não há como compreender a crise da educação brasileira sem analisar a crise de reconhecimento de seus mestres. O educador, que deveria ocupar o centro das políticas públicas, permanece relegado à margem, invisibilizado em meio às reformas curriculares, às cobranças de resultados e à crescente burocratização do cotidiano escolar. Essa marginalização não é apenas econômica, mas simbólica: traduz-se na perda de autoridade social, na ausência de escuta e na indiferença diante de suas demandas mais elementares. Conforme observa Arroyo (2018, p. 27), *“os professores vivem um tempo em que sua voz é convocada para justificar o fracasso da escola, mas raramente é ouvida para repensá-la”*. Trata-se de uma contradição estrutural que fragiliza o sentido do ato educativo e desumaniza o ofício do ensinar.

A docência, que outrora simbolizava prestígio, reconhecimento e pertencimento social, converteu-se, gradativamente, em uma profissão tensionada pela sobrecarga de trabalho e pela desvalorização financeira. Essa condição tem provocado o adoecimento físico e emocional de milhares de profissionais que, mesmo diante da exaustão, seguem afirmando a centralidade da educação como instrumento de emancipação coletiva. O relatório da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2024) evidencia que a maioria dos docentes brasileiros sobrevive com salários abaixo do piso nacional e sem condições estruturais adequadas para o exercício pedagógico. Essa realidade revela um sistema que exige excelência de quem mal tem tempo para sonhar.

O cenário torna-se ainda mais grave quando se observa a persistente distância entre o ideal republicano de uma educação pública de qualidade e as condições concretas oferecidas a quem a realiza. O discurso da meritocracia, amplamente difundido no contexto neoliberal, transforma a sala de aula em um campo de sobrevivência simbólica, em que o valor do professor é medido por resultados mensuráveis e não pelo impacto humano de sua prática. Giroux (2011, p. 19) denuncia que:



O trabalho docente, quando submetido à lógica da produtividade e do controle, perde sua natureza emancipadora e se torna um ato técnico, desprovido de sentido político e ético. Essa constatação revela os riscos de uma educação voltada apenas para resultados, índices e métricas, em detrimento do compromisso com a formação humana integral. A docência, reduzida a uma função burocrática, distancia-se de sua essência transformadora e do diálogo crítico com a realidade. Recuperar a dimensão política do ensino é resgatar o educador como intelectual orgânico, comprometido com a emancipação dos sujeitos e com a construção de uma escola que não apenas instrui, mas forma consciências. Assim, o professor deixa de ser executor de programas e torna-se autor de significados, mediador de saberes e agente de transformação social.

A redução da educação a indicadores e metas mensuráveis tem esvaziado sua dimensão ética e humanizadora, transformando o processo formativo em mera engrenagem de resultados. Quando o ensino é submetido à lógica da produtividade, perde-se o sentido da escuta, do diálogo e da formação integral do sujeito. Nesse cenário, o magistério deixa de representar apenas um ofício voltado à transmissão de saberes e passa a configurar-se como um espaço de enfrentamento simbólico, onde cada aula se converte em ato de resistência e reafirmação do sentido humano de educar.

Contudo, mesmo diante desse quadro adverso, a docência permanece como uma das últimas formas de esperança ativa na sociedade brasileira. O professor, mesmo desvalorizado, não abdica da utopia que move o seu fazer: a crença de que ensinar é semear possibilidades. Paulo Freire (2019, p. 34) reafirma essa dimensão ética ao afirmar:

Educar é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade nem a denúncia da injustiça. Nesse entendimento, o educador é chamado a assumir uma postura ética de compromisso com o outro e com o mundo, reconhecendo que o ensino é um ato político, jamais neutro. O amor, para Freire, não é sentimento romântico, mas princípio de ação transformadora que impulsiona o diálogo, a escuta e a esperança. Assim, o ato educativo se torna prática libertadora, pois desafia as estruturas de opressão e convida os sujeitos à construção de uma consciência crítica, capaz de intervir na realidade e reinventar a história. Educar, portanto, é sempre um gesto de fé na humanidade e na potência criadora de cada ser.

Essa coragem pedagógica, movida mais pela fé no humano do que pela retribuição material, sustenta o sentido profundo da docência como prática libertadora. É ela que permite aos professores, mesmo com salários baixos e jornadas extenuantes, continuar acreditando que a transformação social começa dentro da escola.

O problema central deste estudo, portanto, emerge da contradição entre o valor social e o valor econômico da profissão docente. Em um país onde a desigualdade é estrutural e a educação ainda é tratada como promessa, o professor é convocado a ser herói — sem armadura, sem reconhecimento e, muitas vezes, sem voz. Refletir sobre essa realidade não é apenas uma questão de justiça trabalhista, mas uma exigência ética de reconstrução nacional. A valorização do magistério implica repensar as bases da política educacional brasileira e reorientar o olhar sobre quem, silenciosamente, constrói os alicerces da democracia.

Dessa forma, o presente artigo propõe-se a analisar a crise de valorização docente no Brasil contemporâneo, tendo como eixo a contradição expressa no binômio “salários baixos e sonhos altos”. Busca-se compreender em que medida a precarização do trabalho docente compromete não apenas a qualidade da educação, mas também a dignidade profissional e o sentido existencial do ato de ensinar. Parte-se do pressuposto de que a valorização dos professores é condição indispensável para o fortalecimento da educação pública, democrática e humanizadora — aquela que, para além dos muros da escola, forma cidadãos críticos, sensíveis e capazes de transformar o mundo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da desvalorização docente no Brasil exige um olhar que ultrapasse o campo econômico e adentre as dimensões históricas, simbólicas e políticas da profissão. O fenômeno não se restringe à defasagem salarial, mas expressa um processo histórico de deslegitimação do saber pedagógico e de rebaixamento da autoridade intelectual do professor. Desde o período colonial, a educação foi concebida como instrumento de disciplinamento e não de emancipação — uma herança que ressoa nas estruturas atuais e repercute na invisibilidade social do magistério. Como observa Saviani (2019, p. 45), “*a história da educação brasileira é marcada por um movimento contraditório entre o discurso de valorização da escola e a negação das condições materiais de seu funcionamento*”.

No cenário contemporâneo, a profissão docente sofre os efeitos de um modelo neoliberal que transforma a escola em empresa e o professor em operador de metas. O trabalho educativo, antes centrado na formação humana, passa a ser medido por indicadores de produtividade e resultados padronizados. Giroux (2021) adverte que, ao submeter o ato de ensinar à lógica do mercado, esvazia-se o sentido ético da educação, reduzindo-a a um processo técnico e instrumental. Essa racionalidade mercadológica desumaniza a prática docente e relega o professor à condição de mero executor de políticas curriculares impostas de forma verticalizada.

A pedagogia, quando confinada aos limites da eficiência técnica, perde sua força crítica e transforma o professor em espectador de um processo que deveria ser de autoria e reflexão. Essa crítica revela a urgência de reaproximar o fazer pedagógico de sua dimensão ética e política, reconhecendo o educador como sujeito criador e não mero executor de metodologias padronizadas. Quando a prática docente é submetida à lógica da produtividade e do controle, ela se distancia do diálogo e da invenção, esvaziando o potencial transformador da educação. Recuperar a autoria do professor é, portanto, resgatar o sentido público e emancipador da pedagogia, devolvendo-lhe o papel de construir consciência, de promover justiça e de afirmar a educação como direito e não como mercadoria (Giroux, 2021, p. 39).

A crítica à desvalorização docente, portanto, deve articular dimensões subjetivas e estruturais. Segundo Tardif (2014), os saberes docentes são construídos na experiência e se enraízam nas relações humanas cotidianas. O desprezo institucional por esses saberes compromete a identidade profissional e



esvazia o sentido do trabalho educativo. Essa desconsideração se manifesta tanto nas políticas de formação quanto nas condições objetivas de trabalho, produzindo um sentimento de desamparo coletivo. Em muitas redes públicas, o professor é convocado a inovar sem estrutura, a cuidar sem apoio e a resistir sem reconhecimento.

Essa crise de reconhecimento, como define Dubar (2012), é também uma crise de pertencimento: o professor sente-se deslocado entre a exigência de ser mediador de saberes e a impossibilidade concreta de exercer essa mediação com dignidade. Nessa perspectiva, a desvalorização não se restringe ao salário, mas alcança a dimensão simbólica do ofício, corroendo a autoestima e a legitimidade social do educador. Arroyo (2020, p. 61) sintetiza essa condição ao afirmar:

Os professores são cobrados como protagonistas da mudança educacional, mas tratados como coadjuvantes das políticas que os envolvem. Essa contradição revela o distanciamento entre o discurso oficial e as condições concretas do exercício docente, em um cenário marcado pela precarização do trabalho, pela sobrecarga de tarefas e pela ausência de espaços reais de participação nas decisões pedagógicas. O professor, embora convocado a transformar a escola, é frequentemente silenciado em sua autonomia e reduzido a executor de projetos alheios à sua experiência e à realidade dos estudantes. Recuperar o protagonismo docente implica restituir ao educador o direito à palavra, à reflexão e à autoria, reconhecendo-o como intelectual que pensa a prática e produz conhecimento a partir dela. Nesse sentido, a valorização do professor é condição ética e política para qualquer projeto educativo que se pretenda democrático e humanizador.

O ideal de vocação, historicamente associado à docência, contribui para perpetuar a precarização, transformando o amor à profissão em justificativa para a exploração. Essa narrativa romantizada mascara o caráter político e intelectual do trabalho docente, naturalizando a ideia de que ensinar é um ato de doação e não de profissionalismo. Freire (2019, p. 72) refuta essa concepção ao lembrar que *“ninguém pode ensinar sem aprender; e ninguém aprende sem condições materiais e simbólicas que favoreçam o exercício da curiosidade, da dúvida e do diálogo”*. Logo, a docência não pode ser sustentada apenas pela vocação, mas pela dignidade das condições que a tornam possível.

O desmonte das políticas públicas de valorização docente nos últimos anos também se reflete na fragmentação das carreiras e na descontinuidade de programas de formação continuada. Relatórios da UNESCO (2023) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2024) apontam que o Brasil ainda está distante de cumprir o compromisso de equiparação salarial dos professores com outras categorias de nível superior, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). A ausência de uma política consistente de valorização gera evasão profissional e compromete a qualidade do ensino, pois muitos docentes abandonam a carreira em busca de estabilidade financeira.

Tais fatores evidenciam que a precarização docente não é um acidente administrativo, mas o resultado de uma política estrutural de negligência. A escola pública, especialmente nas periferias e nos interiores, funciona como espaço de resistência simbólica, sustentada pelo esforço pessoal dos professores,

muitas vezes à revelia do Estado. Nesse sentido, a luta pela valorização docente transcende a reivindicação salarial e torna-se um projeto de reconstrução ética da própria ideia de nação. Como defende Nóvoa (2021, p. 88):

Valorizar o professor é recolocar a escola no centro da sociedade. É reconhecer que nenhuma reforma será eficaz se continuar a ignorar aqueles que, todos os dias, constroem a educação com suas próprias mãos. Essa afirmação reitera a urgência de uma política pública que devolva ao educador o protagonismo na definição dos rumos da escola e da aprendizagem. Valorizar o professor significa investir na formação contínua, na melhoria das condições de trabalho e, sobretudo, no reconhecimento simbólico de sua função social. Quando o magistério é desvalorizado, a educação perde seu sentido emancipador e a sociedade abdica de seu próprio futuro. Assim, recolocar o professor no centro do debate educacional é também reafirmar a escola como espaço de produção de conhecimento, de cidadania e de esperança, sustentada na ética, na escuta e no compromisso com a transformação humana.

Ao relacionar a desvalorização docente à desigualdade estrutural brasileira, compreende-se que o problema ultrapassa a esfera profissional e alcança o campo da justiça social. Um país que não valoriza seus professores perpetua o ciclo da exclusão, pois negligencia o sujeito que forma o pensamento crítico e o capital humano necessário para transformar realidades. Assim, a valorização docente deve ser entendida não apenas como política educacional, mas como projeto civilizatório, no qual o reconhecimento do trabalho do professor se torna um ato de reparação histórica e de compromisso ético com o futuro.

Nessa direção, a fundamentação teórica que sustenta esta pesquisa reforça a tese de que a docência, embora atravessada por contradições e precariedades, continua sendo o eixo moral da sociedade brasileira. O professor é o guardião da palavra, o mediador entre o saber e o mundo, e a sua desvalorização representa uma fratura na própria ideia de humanidade. Reverter esse quadro demanda políticas de Estado, mas também um movimento cultural de reeducação social: reaprender a escutar, reconhecer e honrar aqueles que, entre giz e sonhos, sustentam a esperança coletiva.

3 METODOLOGIA

O presente estudo desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter analítico-interpretativo, orientada pela perspectiva crítica da pesquisa em Educação. Essa opção metodológica parte da compreensão de que os fenômenos educacionais não podem ser reduzidos a dados numéricos ou mensurações estatísticas, pois envolvem dimensões simbólicas, éticas e afetivas que se expressam nas relações humanas, nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas. Assim, compreender a crise de valorização docente requer um olhar que busque o sentido das narrativas, o contexto das políticas e a historicidade das experiências que moldam o fazer pedagógico.

A pesquisa qualitativa, como destaca Minayo (2022, p. 24), *“trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores”*, e não com a lógica da mensuração.



Essa abordagem permite interpretar o objeto de estudo a partir da pluralidade de discursos e da complexidade das relações entre o macro e o microcontexto educacional. O método bibliográfico, por sua vez, foi adotado como caminho investigativo, por possibilitar o diálogo entre diferentes autores, teorias e contextos históricos que refletem a condição atual da docência brasileira.

Para o desenvolvimento da análise, foram selecionadas obras de referência no campo da Pedagogia Crítica, da Sociologia da Educação e das políticas educacionais contemporâneas, com ênfase em autores como Paulo Freire (2019), Henry Giroux (2021), Maurice Tardif (2014), Miguel Arroyo (2020), António Nóvoa (2021), Dermeval Saviani (2019) e Claude Dubar (2012), cujas contribuições convergem para a reflexão sobre a identidade, o reconhecimento e a valorização do professor. Também foram incorporados relatórios institucionais recentes, como os da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2024) e da UNESCO (2023), que apresentam dados concretos sobre a realidade salarial, as condições de trabalho e as políticas de formação docente no Brasil.

A metodologia adotada está ancorada na hermenêutica crítica, entendida aqui como processo de leitura e interpretação dos sentidos expressos nas produções teóricas e nas políticas educacionais. O procedimento analítico consistiu em identificar convergências e tensões entre os discursos acadêmicos e institucionais, buscando revelar como a desvalorização docente se constrói, se legitima e se perpetua em meio às contradições da sociedade brasileira. Essa perspectiva, inspirada na pedagogia freireana, pressupõe o diálogo entre texto e contexto, teoria e prática, leitura e ação.

É lendo o mundo que se lê a palavra, e é transformando o mundo que se dá sentido ao que se lê. Nessa perspectiva, o ato de ler transcende a decodificação de signos, constituindo-se como processo de interpretação crítica da realidade. A palavra, para Freire, é mediação entre o homem e o mundo, entre o pensar e o agir, e só adquire plenitude quando se converte em ação transformadora. Ler o mundo é, portanto, compreender suas contradições, reconhecer as injustiças e assumir a responsabilidade ética de modificá-las. Assim, o educador e o educando tornam-se sujeitos de um mesmo diálogo, em que o conhecimento é construído na relação viva entre experiência, reflexão e compromisso social. A leitura, nesse sentido, é um ato político e libertador, capaz de humanizar o aprender e devolver sentido ao existir (Freire, 2019, p. 45).

A escolha desse método não se pauta apenas por sua adequação epistemológica, mas também por sua coerência ética. Ao tratar de um tema que atravessa subjetividades, precariedades e resistências, era fundamental adotar um caminho investigativo que respeitasse a complexidade humana da docência e não a reduzisse a meras estatísticas. A leitura analítica dos textos permitiu identificar a docência como campo de luta simbólica, em que o discurso da vocação e o da eficiência técnica coexistem e se confrontam, revelando a tensão entre o ideal pedagógico e as condições materiais do trabalho educativo.

Durante o percurso investigativo, as fontes foram analisadas em diálogo com o contexto socioeconômico atual, observando-se a interdependência entre políticas públicas, reconhecimento profissional e condições subjetivas de permanência na carreira. A metodologia, portanto, não se limita à



revisão bibliográfica, mas assume uma postura interpretativa que busca compreender o significado político e existencial de “ensinar num país desigual”, transformando o ato de pesquisa em exercício de escuta e compromisso com a realidade educacional.

Tal posicionamento metodológico está em sintonia com a visão de Nóvoa (2021, p. 80), quando o autor afirma que:

O estudo sobre os professores deve ser feito com os professores, e não apenas sobre eles, pois toda reflexão sobre a docência é também um gesto de reconhecimento. Essa perspectiva rompe com as práticas de pesquisa verticalizadas, que tratam o educador como objeto e não como coautor do conhecimento. Ao incluir o professor no processo investigativo, a pesquisa se torna dialógica, ética e formativa, pois reconhece a experiência docente como fonte legítima de saber. Essa concepção amplia o horizonte epistemológico da educação, fortalecendo a autonomia profissional e o sentimento de pertencimento do professor à produção científica sobre sua própria prática. Assim, investigar com os professores é, antes de tudo, um ato de valorização e de justiça cognitiva, que reafirma o caráter coletivo e humano da docência.

Desse modo, o caminho metodológico seguido neste trabalho configurou-se como uma travessia teórica e ética. A leitura das obras, a comparação entre diferentes perspectivas e a análise contextual foram conduzidas sob o princípio da coerência interna entre problema, objetivo e fundamentação. O rigor acadêmico não se confundiu com neutralidade; ao contrário, assumiu-se uma postura crítica e comprometida com a emancipação docente. O estudo, portanto, não pretende esgotar o tema, mas contribuir para o fortalecimento do debate sobre a valorização dos professores e a urgência de políticas públicas que dignifiquem o ato de ensinar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A leitura das fontes e das referências consultadas revela que a desvalorização docente no Brasil é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras do campo educacional, refletindo uma crise mais ampla de reconhecimento social, cultural e simbólico. O professor, figura historicamente associada à produção e à transmissão do saber, passou a ocupar um lugar paradoxal na sociedade contemporânea: ao mesmo tempo em que é celebrado nos discursos oficiais como agente essencial para o desenvolvimento nacional, é abandonado na prática por políticas públicas que negligenciam suas condições de trabalho, sua formação e sua dignidade profissional. Essa contradição representa uma das marcas mais persistentes da desigualdade brasileira e denuncia um modelo de Estado que fala em educação, mas esquece o educador.

Ao examinar os relatórios da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2024) e da UNESCO (2023), constata-se que o piso salarial dos professores brasileiros continua entre os mais baixos da América Latina, o que evidencia o abismo entre a retórica da valorização e a realidade da precarização. O déficit de investimento público, somado à fragmentação das políticas de carreira, gera um

cenário de instabilidade que afeta diretamente a qualidade da educação. Não se trata apenas de uma questão de remuneração, mas de reconhecimento ético e político. Como observa Nóvoa (2021, p. 89),

A profissão docente está presa a um duplo equívoco: exige-se dela o impossível e oferece-se, em troca, o mínimo. Essa contradição destrói a alma da docência, transformando o entusiasmo em cansaço e o compromisso em resistência silenciosa. Tal cenário evidencia a urgência de políticas efetivas de valorização profissional, que assegurem condições dignas de trabalho, formação continuada e reconhecimento social. O esgotamento emocional e simbólico do professor não é apenas uma questão individual, mas um sintoma de uma estrutura educacional que negligencia o cuidado com quem ensina. Reverter esse quadro implica recolocar a docência no centro das políticas públicas e da vida social, restaurando no professor a esperança, a autoria e a alegria de ensinar. A valorização docente, portanto, não é um luxo, mas uma exigência ética e civilizatória.

A análise dos discursos pedagógicos contemporâneos demonstra que a desvalorização docente é sustentada por uma lógica neoliberal que reduz o ensino a resultados mensuráveis e a educação a mercadoria. A figura do professor, nesse contexto, é esvaziada de sua potência crítica e transformadora, convertendo-se em mera peça de um sistema de controle e produtividade. Giroux (2021, p. 51) afirma que:

Quando o professor é reduzido à condição de técnico executor, a escola deixa de ser um espaço de formação humana para se tornar um campo de adestramento social. Essa crítica revela a gravidade da perda da dimensão reflexiva e criadora do trabalho docente, substituída por práticas mecânicas e desprovidas de sentido ético. A docência, quando confinada ao cumprimento de metas e protocolos, torna-se instrumento de manutenção da ordem e da obediência, e não de emancipação. Recuperar o caráter formativo da escola implica restituir ao professor o papel de intelectual crítico e mediador da cultura, capaz de promover o pensamento autônomo e o diálogo com a realidade. Nessa perspectiva, a escola só cumpre sua função social quando se torna espaço de autoria, esperança e transformação — e o professor, sujeito político de sua própria prática.

Essa constatação evidencia que fragilizar a docência significa comprometer os alicerces da própria democracia, uma vez que a educação é o espaço em que se forja a consciência crítica e se cultivam os valores da cidadania. Quando o professor é silenciado, não é apenas sua voz que se cala, mas a possibilidade de reflexão social que sustenta o pensamento livre e a participação coletiva. O silêncio imposto aos educadores transforma-se, assim, em um silêncio imposto à sociedade, que perde sua capacidade de compreender, questionar e transformar a realidade que a cerca.

Os depoimentos coletados em relatórios e estudos institucionais evidenciam ainda que o adoecimento docente — físico, emocional e simbólico — tem se tornado uma das faces mais cruéis dessa desvalorização. O aumento dos casos de depressão, síndrome de burnout e afastamentos por exaustão revela a sobrecarga imposta ao educador, que precisa desempenhar múltiplos papéis: ensinar, cuidar, mediar conflitos, preencher relatórios, e ainda reinventar-se em contextos de carência estrutural. Freire (2019, p. 61) já alertava que:



A prática educativa exige alegria e esperança, mas nenhuma delas floresce em terreno de desrespeito e desumanização. Essa afirmação reafirma que o educar é um ato profundamente ético e amoroso, sustentado pela crença no poder libertador do encontro humano. Onde há desrespeito, não há diálogo; e onde falta diálogo, não há aprendizagem verdadeira. A alegria e a esperança, para Freire, não são sentimentos superficiais, mas forças políticas que movem o educador a resistir à apatia e a reinventar sua prática mesmo diante da adversidade. Desse modo, a escola torna-se um território de humanidade, onde o ensino não é imposição, mas comunhão, e o aprender se confunde com o viver em plenitude. Educar, portanto, é cultivar esperança ativa e semear dignidade nas relações que sustentam o ato de ensinar.

Esse cenário adverso revela um sistema educacional que naturalizou a exigência de heroísmo dos professores, ao mesmo tempo em que lhes nega os recursos básicos para exercer o próprio ofício com dignidade. Espera-se deles coragem, criatividade e entrega, mas raramente se lhes oferece o suporte material e emocional necessário para sustentar a fé no que ensinam. Dessa contradição nasce o esgotamento de uma categoria que, mesmo ferida, continua acreditando que educar é um ato de resistência e compromisso com a vida.

A análise dos dados qualitativos aponta que a crise de valorização docente não decorre apenas da ausência de políticas salariais consistentes, mas da falta de uma cultura social de reconhecimento. Em grande parte das comunidades escolares, a figura do professor perdeu a autoridade simbólica que outrora possuía, sendo constantemente questionada e deslegitimada por discursos midiáticos que o culpabilizam pelo fracasso educacional. Arroyo (2020, p. 58) observa que:

Os professores, ao mesmo tempo em que são cobrados pelos resultados das políticas, são invisibilizados como sujeitos dessas mesmas políticas. Essa constatação revela uma contradição perversa: o professor é responsabilizado por indicadores e metas que não ajudou a formular, sendo excluído dos processos de decisão que orientam sua própria prática. Essa lógica hierárquica e burocrática reduz a autonomia docente e transforma o fazer pedagógico em simples execução de diretrizes impostas de fora. Reconhecer o professor como sujeito político é, portanto, condição para a construção de políticas educacionais democráticas, capazes de dialogar com a realidade das escolas e valorizar o saber que emerge da experiência. Assim, devolver visibilidade e voz ao educador significa restituir à escola seu papel de espaço de reflexão crítica e de resistência às formas sutis de desumanização.

Essa invisibilidade evidencia uma lógica estrutural que delega ao professor a responsabilidade pela mudança social, mas o priva dos meios concretos para realizá-la. O educador é chamado a ser agente de transformação em um contexto que o limita, desampara e silencia, transformando sua prática em um exercício constante de superação. Nesse paradoxo, a esperança se converte em forma de resistência, e o cotidiano escolar passa a ser vivido como um território de persistência simbólica, onde ensinar torna-se, antes de tudo, um gesto de luta e de afirmação da dignidade.

A precarização do trabalho docente é, portanto, também uma forma de violência institucional. O rebaixamento salarial, o desprezo pela formação continuada e a falta de condições adequadas de trabalho configuram uma política de desmotivação que atinge a base moral da profissão. O descuido com o professor



não é um detalhe administrativo, mas um sintoma de uma crise civilizatória que ameaça o próprio projeto de nação. Saviani (2019, p. 112) sintetiza essa compreensão ao afirmar que:

Enquanto o professor continuar sendo tratado como custo e não como investimento, a escola pública permanecerá no limiar da promessa e distante da realidade. Essa crítica desvela o caráter estrutural da desvalorização docente e o impacto dessa lógica sobre o projeto de educação pública no Brasil. A ausência de políticas de valorização e de condições dignas de trabalho compromete a efetividade das reformas educacionais e transforma a docência em exercício de resistência cotidiana. Para Saviani, a superação desse quadro exige compreender a educação como investimento estratégico na formação cidadã e no desenvolvimento nacional, e o professor como agente central desse processo. Valorizar o magistério, portanto, é reconhecer que não há futuro para a escola pública sem o protagonismo, a dignidade e a esperança de quem ensina.

O estudo demonstra, ainda, que a manutenção dessa lógica produz impactos diretos sobre a permanência e o desempenho dos docentes na carreira. A evasão profissional é crescente, especialmente entre os mais jovens, que, diante da sobrecarga e da falta de perspectivas, migram para outras áreas. Essa tendência evidencia o enfraquecimento do magistério como escolha vocacional e o deslocamento da docência para a esfera da sobrevivência.

Entretanto, mesmo nesse contexto de escassez e desalento, emergem práticas de resistência e reinvenção. Em muitas escolas públicas, os professores transformam a precariedade em criatividade, reconfigurando o ato de ensinar como gesto ético e estético. Essa resiliência confirma o poder simbólico do magistério como espaço de humanidade. Como destaca Tardif (2014, p. 79):

O saber docente é um saber de experiência, e toda experiência é uma forma de autoria. Ensinar é escrever-se no mundo através da palavra e do exemplo. Essa concepção reconhece o professor como produtor de conhecimento e não apenas como reproduzidor de teorias alheias. Cada prática pedagógica é também um ato de escrita simbólica, no qual o educador inscreve sua história, seus valores e sua visão de mundo. O saber de experiência, portanto, é o que dá densidade humana à profissão docente, pois nasce do encontro com os alunos, das situações vividas e das reflexões que emergem no cotidiano escolar. Assim, ensinar torna-se uma forma de existência e de legado: um modo de deixar marcas éticas e afetivas no tecido da vida social, reafirmando o magistério como profissão de autoria, sensibilidade e compromisso com o humano.

Essa autoria, forjada no cotidiano das incertezas e das carências, emerge como expressão da resistência e da reinvenção que caracterizam a docência brasileira. Longe de se limitar à transmissão de conteúdos, ela traduz a capacidade de criar sentidos, de restaurar a dignidade do saber e de transformar o ato de ensinar em exercício de humanidade. Cada gesto pedagógico, cada palavra compartilhada e cada escuta atenta tornam-se fragmentos de um compromisso que ultrapassa o limite da sala de aula: o compromisso com a vida, com o outro e com o futuro. Nesse processo, o professor se refaz continuamente como sujeito histórico e criador, reconstruindo o próprio significado de educar. Assim, a sala de aula deixa de ser apenas um espaço físico e se converte em território de afetos, de trocas e de esperança — um lugar



onde o conhecimento é semeado como gesto ético e a educação se revela como a mais profunda forma de resistência e transformação social.

A discussão dos resultados permite afirmar que a valorização docente ultrapassa a dimensão material e deve ser compreendida como um projeto de reconstrução ética e cultural. Não se trata apenas de garantir salários dignos, mas de devolver ao professor a centralidade que lhe foi retirada no imaginário social. Reverter o quadro de desvalorização significa reconstruir o pacto civilizatório entre Estado e educação, resgatando o sentido da docência como fundamento da democracia e como ato de confiança no futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a desvalorização docente no Brasil não é um problema isolado, mas um reflexo profundo da desigualdade estrutural que marca a sociedade. O tema central — a contradição entre “salários baixos e sonhos altos” — revelou um paradoxo que atravessa toda a história educacional do país: o professor é reconhecido no discurso como protagonista da transformação social, mas negligenciado nas políticas que definem suas condições de existência. O objetivo de analisar essa crise de valorização foi alcançado ao demonstrar que a precarização do magistério atinge não apenas a dimensão financeira, mas também a simbólica, emocional e ética da profissão.

Os resultados indicaram que a docência, embora situada em um contexto de desamparo institucional, continua sendo sustentada pela força moral, pela criatividade e pela resiliência dos educadores. Mesmo diante da fragmentação das políticas públicas, das condições adversas de trabalho e da perda de prestígio social, os professores resistem como guardiões da esperança. A análise evidenciou que o ato de ensinar permanece como um gesto político e humano de grande potência, reafirmando o compromisso da educação com a formação crítica e a dignidade do sujeito.

O estudo confirmou a hipótese de que a desvalorização docente compromete o próprio projeto democrático da educação. Quando o professor é relegado à invisibilidade e à precarização, a escola perde sua função emancipadora e o Estado abdica de sua responsabilidade civilizatória. A docência, neste cenário, transforma-se em espaço de resistência simbólica, onde o conhecimento é cultivado mesmo em meio à escassez. Essa resistência cotidiana reafirma que a educação não sobrevive apenas de políticas, mas do compromisso ético de quem a faz acontecer.

A partir dessa constatação, reconhece-se que a valorização docente deve ser compreendida como política de Estado e como pacto social. Não basta reajustar salários ou implementar programas pontuais de formação: é preciso reconstruir a cultura de reconhecimento que devolva ao professor seu lugar de dignidade e pertencimento. A docência requer condições materiais e simbólicas que sustentem o exercício



da autonomia, o prazer de ensinar e o direito de sonhar. Um país que deseja transformar-se precisa, antes, aprender a escutar aqueles que o ensinam.

As contribuições deste trabalho situam-se, portanto, na articulação entre a crítica social e a defesa ética da profissão docente. O estudo propõe repensar a valorização do magistério como eixo estratégico de desenvolvimento humano e político, apontando para a urgência de políticas que priorizem a educação pública como bem coletivo. As discussões aqui reunidas demonstram que investir no professor é investir na permanência da esperança, na solidez da democracia e na possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

Embora os limites da pesquisa se restrinjam à análise bibliográfica e interpretativa, o estudo abre caminhos para futuras investigações que integrem abordagens empíricas, capazes de captar as vozes e as experiências concretas dos professores em diferentes contextos regionais. Tais investigações podem ampliar o diálogo entre teoria e prática, consolidando uma compreensão mais abrangente sobre os processos de resistência e reinvenção que caracterizam o cotidiano docente no Brasil.

Encerrar esta reflexão significa, mais do que concluir um texto, reafirmar um compromisso. A valorização do professor é uma questão de soberania cultural, de justiça social e de humanidade. Enquanto a educação continuar sendo um ato de fé e coragem em meio à indiferença, cada aula ministrada será um manifesto silencioso pela vida e pela democracia. Valorizar o professor é valorizar o futuro — e o futuro, como ensinou a história, pertence àqueles que não desistem de ensinar.



REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de professores*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024*. Brasília: MEC, 2014.
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Relatório sobre o Piso Salarial Nacional do Magistério*. Brasília: CNTE, 2024.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GIROUX, Henry A. *Pedagogia e resistência em tempos sombrios*. Porto Alegre: Artmed, 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.
- NÓVOA, António. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2021.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- UNESCO. *Relatório Global sobre a Profissão Docente*. Paris: UNESCO, 2023.